O ESTADO ERA A LEI

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E ADVOCACIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1979)

THE STATE WAS THE LAW

NATIONAL SECURITY LAW AND THE LAWYER'S WORK DURING THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL (1964-1979)

DANTE GUIMARAENS GUAZZELLI | Graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando em História na UFRGS.

MATEUS GAMBA TORRES | Bacharel e licenciado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em História do Tempo Presente pela UDESC. Doutorando em História na UFRGS. Professor assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

RESUMO

Este artigo mostra a atuação dos advogados de presos políticos durante a ditadura civil-militar. Para tanto, apresentamos o arcabouço legal utilizado para reprimir aqueles que se opunham ao regime: será observada a legislação e o aparato criado, especialmente as adaptações realizadas na Justiça Militar que foi a responsável por julgar os crimes políticos. Também focaremos as possibilidades de desempenho dos advogados nesta área de atuação. Para isto são analisados documentos e relatos que apontam como funcionava esta atividade.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; justiça militar; advogados de presos políticos.

ABSTRACT

This article shows the performance of the lawyers of political prisoners during the civil-military dictatorship. For this we present the legal structure used to repress those who opposed the regime: the legislation and the apparatus created will be observed, especially the adjustments made in Military Justice, which was responsible for judging political crimes. In a second step we will focus on the possibilities of action of lawyers in this practice area. For this, documents and reports that point out how worked this activity are analyzed.

Keywords: civil-military dictatorship; military justice; lawyers of political prisoners.

RESUMEN

Este artículo muestra la actuación de los abogados de los presos políticos durante la dictadura cívico-militar. Para tanto, presentamos la estructura legal utilizada para reprimir a los opositores al régimen: serán examinados la legislación y el aparato creado, especialmente los ajustes realizados en la Justicia Militar, encargada de juzgar los delitos políticos. También examinaremos las posibilidades de acción de los abogados en esta área de práctica. Para esto se analizan los documentos y los informes que apuntan cómo funcionaba esta actividad.

Palabras clave: dictadura cívico militar; justicia militar; abogados de los presos políticos.

A legislação da doutrina política que se convencionou chamar de segurança nacional não foi criada a partir da ditadura civil-militar instaurada em 1964. No período do Estado Novo, o foro castrense foi espaço de decisões políticas, uma vez que o Superior Tribunal Militar (STM) passou, por um breve período, a receber recursos dos processos originados no Tribunal de Segurança Nacional (TSN) (Silva, s.d.),¹ criado para julgar os acusados de infração à Lei de Segurança Nacional. Porém, nenhuma modificação foi realizada pela Constituição de 1937, mantendo-se o texto referente à Justiça Militar com a mesma redação da Constituição de 1934 (Brasil, 1937).

Perdendo suas funções de julgamento de crimes políticos, porém mantendo sua estrutura, a Justiça Militar continua a existir na vigência da Constituição de 1946. As diferenças do novo texto constitucional para a Carta de 1937 é que aquelas traziam a possibilidade futura da elaboração de uma lei que disporia sobre a forma e a escolha dos juízes militares e togados do STM (Brasil, 1937). Estabelecia ainda a equiparação dos vencimentos dos ministros de tal tribunal com os juízes do Tribunal Federal de Recursos e versava sobre o acesso dos auditores à carreira.² Por fim, estipulava que uma nova lei definiria a “aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra” (Brasil, 1937).³

Porém, o momento em que a Justiça Militar começou realmente a ter um papel interventor sobre a chamada sociedade civil brasileira foi após o golpe de Estado de 1964. Como os crimes contra o Estado e a ordem política e social eram julgados pela Justiça Federal comum (Brasil, 1953), alguns problemas impeditivos foram causados aos militares pelo Judiciário federal ordinário.

Era vital para o regime recém-instaurado que existisse uma Justiça que conseguisse compreender a doutrina de segurança nacional e punir aqueles considerados inimigos da pátria pelos militares. Assim, com o ato institucional n. 2 ocorreu a primeira alteração estrutural. A maior mudança trazida para aqueles que eram situacionistas ou opositores foi a transferência do julgamento dos crimes contra a segurança nacional para a Justiça Militar, estendendo a possibilidade de julgamento de civis por esses crimes.⁴ A partir de então, não era mais a Justiça Federal que examinava a legalidade dos inquéritos policiais militares (IPM)

1 O TSN foi criado pela lei n. 244, de 11 de setembro de 1936. No ano seguinte, pelo decreto-lei n. 88, de 20 de dezembro, o tribunal de exceção deixou de fazer parte da Justiça Militar. A Lei de Segurança Nacional em vigor no período foi promulgada pela lei n. 38, de 4 de abril de 1935. Conforme Silva, s. d.

2 Conforme artigo 106, parágrafo único da referida Constituição.

3 Conforme artigo 108, § 2º da referida Constituição.

4 Artigo 8º – O § 1º do artigo 108 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação: § 1º Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

§ 1º – Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

§ 2º – A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis. (Brasil, 1965).

elaborados pelas comissões especiais de inquérito, bem como qualquer ação referente a civis que cometessem crimes contra a segurança nacional, mas sim a própria Justiça Militar (Alves, 2005, p. 68).

De acordo com Ângela Moreira, nesse momento entram em cena as auditorias da Justiça Militar,

[...] que se situavam nas Circunscrições Judiciárias Militares (CJM). As auditorias eram compostas por dois tipos de Conselho, que se dignavam a examinar as denúncias oferecidas pela Procuradoria Militar: 1. Conselhos Especiais de Justiça: constituído para processar e julgar oficiais, exceto os generais, que só poderiam ser julgados pelo STM, bem como os casos nos quais havia sido pedida a pena de morte; 2. Conselhos Permanentes de Justiça: direcionados para os casos de condenações de não oficiais e de civis julgados por crimes cometidos contra a segurança nacional. Tais Conselhos eram formados por um juiz auditor, civil, e por quatro oficiais, presididos pelo militar de maior patente (Silva, s.d.).

Com a Constituição de 1967 houve um breve período de legalidade. Apesar de esta ser uma Constituição do regime ditatorial, juridicamente o “estado de exceção” havia acabado com o fim da vigência do ato institucional n. 2, em 15 de março de 1967. Incluía a Constituição de 1967 em seu texto o dispositivo criado pelo ato institucional n. 2, em que os civis continuavam sujeitos à jurisdição da Justiça Militar nos julgamentos de crimes contra a segurança nacional, conforme seu artigo 122⁵ e a nova Lei de Segurança Nacional (decreto-lei n. 314, de 15 de março de 1967).

Para o regime militar, era necessário trazer para si as principais atribuições do Estado e controlar inclusive os três poderes, para que estes não pudessem ser totalmente independentes e harmônicos entre si. No Executivo, o presidente da República necessariamente deveria ser um militar – em 1969, com o derrame cerebral sofrido pelo presidente Costa e Silva, assumiu o poder uma junta militar para evitar a posse do vice-presidente civil Pedro Aleixo. No Legislativo, as cassações de parlamentares eram efetuadas de acordo com a vontade do Executivo, ou seja, aqueles que eram contra o regime instalado, por suas palavras, atos ou gestos, poderiam perder seus mandatos legislativos. E no Judiciário, os crimes contra a segurança nacional eram julgados pela Justiça Militar, ou seja, aqueles crimes em que o bem jurídico a ser tutelado era a segurança nacional – considerada o mais importante de todos

5 Artigo 122 – À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1º – Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares, com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal;

§ 2º – Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os governadores de Estado e seus secretários, nos crimes referidos no § 1º;

§ 3º – A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra.

os preceitos, pois a segurança nacional era sinônima da manutenção do sistema e da consecução dos objetivos nacionais.

Os ministros da junta militar elaboraram a nova Lei de Segurança Nacional, por meio do decreto-lei n. 898, de 29 de setembro de 1969, que traz na sua parte dispositiva como finalidade: “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências” (Brasil, 1969c). Editada pelos ministros militares que assumiram o governo federal com a formação de uma junta provisória quando do impedimento do presidente Costa e Silva, tal lei tratava de estabelecer a punição de condutas que iriam de encontro à ordem política e institucional daquele momento e, principalmente, contra a segurança nacional. Inclusive, o decreto inovava o nosso sistema jurídico republicano, ao introduzir a prisão perpétua e a pena de morte (Brasil, 1969c).

Assim, o Judiciário militar ficou com a tarefa de julgar os mais perigosos elementos da sociedade naquele momento histórico: os inimigos da ordem, os contrários ao regime, os opositores, as pessoas que não concordavam com a falta de democracia e com o autoritarismo instalado desde 1964. Os crimes contra a segurança nacional, desse modo, eram julgados por juízes militares, sendo os réus acusados por um procurador da Justiça Militar e o inquérito, na maioria das vezes, presidido por uma autoridade também militar.

A junta militar ficou no poder até a eleição e posse do presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro de 1969, e cunhou e publicou um conjunto de atos institucionais e leis que podemos considerar típico de um regime de exceção. Dos atos institucionais chama a atenção o de número 13, que cria a pena de banimento para qualquer brasileiro que “comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional.” A pena de banimento seria aplicada diretamente pelo presidente da República mediante proposta dos ministros da Justiça, Marinha, Exército e Aeronáutica.

O ato institucional n. 14 alterou o § 11 do artigo 150 da Constituição Federal, incluindo nos casos de pena de morte, não apenas os casos de guerra externa, como já eram autorizados pela Constituição, mas também atos considerados de guerra psicológica, revolucionária ou subversiva nos termos em que a lei determinar. Qual lei? A Lei de Segurança Nacional que seria editada para regulamentar tal dispositivo constitucional apenas 25 dias após a instituição deste ato.

Com a autorização legal para matar os inimigos do regime, faltava a complementação que foi elaborada e outorgada pela Junta Militar: o decreto-lei n. 898, de 29 de setembro de 1969, popularmente conhecido como Lei de Segurança Nacional (LSN). Outras duas leis desta natureza já haviam sido elaboradas desde o início do regime militar, mas com as modificações legais contidas nos atos institucionais era necessário regulamentar o banimento, a prisão perpétua e a pena de morte para crimes considerados contra a ordem política e social e contra a segurança nacional.

Analisando a lei, percebemos todos os conceitos considerados indispensáveis para a compreensão do que seria segurança nacional, bem como quem deveria defendê-la:

Artigo 1º – Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Artigo 2º – A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Artigo 3º – A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária subversiva.

§ 1º – A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagonônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

§ 2º – A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º – A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação (Brasil, 1969c).

Reconhecendo os conceitos a serem levados em conta na perseguição e prisão dos inimigos nacionais, a LSN restringia a atuação dos magistrados e do Judiciário, não deixando espaço para uma livre interpretação sobre o assunto por parte dos juízes. De acordo com o artigo 7º desta mesma lei, estava determinado que “na aplicação deste decreto-lei o juiz, o tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores” (Brasil, 1969c).

A ação do magistrado estava estreitamente vinculada aos conceitos doutrinários de segurança nacional, que definia que interpretações poderiam ser feitas da lei e dos crimes cometidos pelos inimigos do regime. Posteriormente a esta introdução, a LSN de 1969 definia os atos que correspondiam a crimes que poderiam ser praticados por civis ou militares contra a segurança nacional, a ordem política e social e quais as penas a serem aplicadas a estes criminosos.

A elaboração da doutrina jurídica da época e o combate aos crimes contra a segurança nacional tinham como propósito “o grau relativo de garantia, que através de ações políticas, econômicas, sociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à nação que jurisdiciona, para a conquista ou manutenção dos objetivos nacionais, em face dos antagonismos existentes” (Cogan, 1976, p. 80). Na aplicação da Lei de Segurança Nacional, decreto n. 898/69, em seu artigo 7º, o juiz ou tribunal deveria sempre levar em consideração os conceitos básicos da segurança nacional. Tal lei definia como perigosos os que agiam, com “ameaças ou pressões antagonônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país” (Brasil, 1969c).

Conforme o decreto e de forma genérica, o processo possuía duas fases: uma investigativa, pré-processual, em que eram feitas investigações para verificar o cometimento de algum crime contra a segurança nacional, e outra do processo propriamente dito, que começava pela peça processual chamada denúncia, onde o procurador da justiça militar iniciava a ação penal militar.

O procedimento considerado mais comum⁶ iniciava-se com a investigação, quando uma autoridade policial – polícia federal, polícia militar estadual, as polícias do Exército, Marinha ou Aeronáutica, com seus serviços de informação – instalava um inquérito. Qualquer uma dessas polícias possuía autorização para investigar crimes contra a segurança nacional.

Para a presidência do inquérito poderia ser nomeado um delegado ou um inspetor, no caso da Justiça Federal, ou um oficial no caso das polícias militares dos estados ou das forças armadas.

Após a conclusão do inquérito, era realizado um relatório minucioso de todas as provas encontradas contra os indiciados. Uma vez concluído, o inquérito era encaminhado ao juiz auditor militar da região na qual os crimes haviam sido supostamente cometidos. Este juiz encaminhava os autos ao procurador da Justiça Militar, membro do Ministério Público Militar, responsável pela deflagração da ação penal militar, pelas práticas dos crimes contra a segurança nacional.

O procurador da Justiça Militar devolveria os autos ao juiz auditor e, em caso de denúncia, o juiz poderia ou não recebê-la;⁷ fazendo-o positivamente nos casos em que realmente houvesse indícios de crime e em que os procedimentos adotados até este momento estivessem de acordo com a lei. O juiz auditor era o único juiz civil que pertencia ao Conselho Permanente de Justiça Militar, o órgão judicial responsável pelo julgamento dos civis e de não oficiais (Alves, 2005, p. 180). Tal jurisdição seguia o modelo estabelecido pelo decreto n. 1.003, parágrafo 2º do artigo 13: “os Conselhos Permanentes de Justiça serão constituídos do auditor, de um oficial superior, como presidente, e de três oficiais até o posto de capitão ou capitão-tenente” (Brasil, 1969b). Conforme o artigo 62 da Lei de Segurança Nacional, de 1969, o juiz auditor, ao receber a denúncia, tinha a obrigação de citar o denunciado, para que ele fosse processado e julgado. Caso ele não conseguisse ser citado por estar em lugar incerto ou não sabido, deveria ser citado por edital (Brasil, 1969c).

Após esses procedimentos, era marcada uma audiência para ouvir as testemunhas, proceder aos debates orais e à sentença. As testemunhas de acusação, em número de até três, já eram descritas na denúncia, enquanto a defesa poderia arrolar duas testemunhas para cada acusado. Em caso da ausência de testemunhas de defesa à audiência de instrução e julgamento, marcada pelo juiz auditor, seria formalmente considerado que o advogado de defesa desistira de ouvi-las. Na mesma audiência, era dada a palavra ao advogado de defesa e ao procurador da Justiça Militar para que fizessem a sustentação oral de suas teses. Posteriormente, era proferida sentença em audiência. O Ministério Público, em caso de absolvição, deveria obrigatoriamente recorrer para o Superior Tribunal Militar (Brasil, 1969c).

A incomunicabilidade, de acordo com a doutrina jurídica da época, não era permitida em relação ao advogado. Ou seja, mesmo declarado incomunicável pelo encarregado do

6 Exclui-se aqui o procedimento de crimes que tinham como pena a prisão perpétua e a pena de morte.

7 Ato em que o juiz literalmente recebe fisicamente o documento que dá início à ação penal e à denúncia, verificando se este documento cumpre todos os requisitos legais para que a ação criminal se inicie. É também observado se realmente existem indícios de crime contra os réus, de acordo com as provas que acompanham tal documento. No caso do juiz ‘receber’ a denúncia, a ação penal é iniciada.

processo e tal prisão sendo encaminhada ao juiz, e caso este ainda mantivesse a incomunicabilidade, teria o réu direito a manter contato com seu advogado.

Esta incomunicabilidade não impede a comunicação com seu advogado, conforme dispõe o artigo 89, III, do estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963): “São direitos do advogado – comunicar-se pessoal e reservadamente com os seus clientes, ainda quando estes se achem presos ou detidos em estabelecimento civil ou militar, mesmo incomunicável (Cogan, 1976, p. 82).

Inclusive, de acordo com a própria Constituição de 1967, com a redação dada pela emenda n. 1 de 1969, a prisão deve ser imediatamente comunicada ao juiz, o que não consta no processo. Conforme o artigo 153, § 12 da mesma Constituição, “Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará se ela não for legal” (Brasil, 1967).

Os advogados também participavam de todas as audiências do Conselho em que fossem apreciados os pedidos de prisão preventiva de seus clientes, muitas vezes oralmente, reiterando os pedidos de relaxamento de prisão elaborados por escrito. A presença do advogado era imprescindível, mas caso ele se recusasse a permanecer na sessão poderia haver uma nomeação *ad hoc* para a defesa dos réus, conforme o artigo 69 da LSN, parágrafo único, do decreto-lei n. 898 de 1969 (Brasil, 1969c).

O representante do Ministério Público e os advogados de defesa, de acordo com a LSN, dispunham do prazo de uma hora para a sustentação oral, podendo inclusive o procurador e o defensor replicar e treplicar, conforme artigo 70 da mesma lei. Após os debates, os juízes deliberam em sessão secreta sua decisão de condenação ou absolvição do acusado (Brasil, 1969c).

A legislação brasileira era ampla e vaga, mostrando a tendência nomeada por Pereira de “legalismo mágico”, isto é, “a existência de uma abundância de leis contraditórias que permite àqueles em posição de autoridade escolher a dedo os elementos da legalidade formal que eles farão valer num dado momento” (Pereira, 2008, p. 211).

Segundo o mesmo autor, comparada às ditaduras do Chile e da Argentina, a Justiça brasileira era a mais lenta e a mais pública, além de serem utilizados tribunais e leis já existentes (Pereira, 2008, p. 204).⁸ Aqui, os golpistas tiveram a preocupação de não substituir a ordem democrática, mesmo que só formalmente.

Para Anthony Pereira, a ditadura brasileira utilizou-se em abundância da repressão judicial porque podia fazer isso: aqui havia tribunais dispostos e confiáveis, o que não ocorreu na Argentina ou no Chile. “Quando os regimes recorrem à violência extrajudicial e a um ata-

⁸ Anthony Pereira (2008, p. 206) afirma que a proporção de processados em crimes políticos nos tribunais para a de mortos pelo Estado pela mesma razão, na ditadura brasileira, é de 23/1, enquanto no Chile é de 1,5/1 e na Argentina é de 1/71.

que frontal à legalidade tradicional, isso em geral se deve ao fato de não terem conseguido manipular a lei e os tribunais em benefício próprio” (Pereira, 2010, p. 284). Isto derivava de uma preocupação com a legitimidade política do regime: os tribunais davam vantagens ao regime uma vez que estas pretensões de legalidade eram úteis. Além disso, Pereira aponta para a integração entre as elites judicial e militar como um fator que determinou o sucesso deste tipo de empreitada (Pereira, 2008, p. 207-214).

Esta integração foi fixando-se ao longo do processo de institucionalização do regime, sendo então “testada” a confiabilidade dos civis. Dessa forma, podemos ver que a Justiça Militar contava sempre com a presença de civis, tanto nas auditorias quanto no STM. Aliás, o último recurso, com exceção do período entre fevereiro e outubro de 1969, cabia ao STF, composto por civis. Vemos, então, como era forte a característica civil-militar nos julgamentos políticos.

Nesse contexto, como definiu Bourdieu, insere-se o advogado que exerce uma função de ‘mediação’.⁹ O que se nota no caso dos advogados de presos políticos brasileiros é uma ampliação desta característica a outras esferas, como a afetiva e a política. Por exemplo, por terem acesso aos presos, após a fase de interrogatório e tortura, os advogados desempenhavam “a função humanitária de elo de ligação (sic) entre os presos e suas famílias”, além do que “no cárcere, a presença assídua de um advogado era um indício de vida” (Almeida; Weis, 1998, p. 340). Outro papel exercido pelos advogados era o de conselheiros de seus clientes, “desempenhando um papel em sua reavaliação da luta armada e na evolução da esquerda armada para um grupo de partidos políticos voltados para as bases e para os movimentos sociais” (Pereira, 2006, p. 124).

Os defensores de presos políticos “serviram como interlocutores entre as autoridades do regime e seus opositores (a maioria jovens, às vezes armados), atuando como uma espécie de ‘oposição leal’ ao regime, quando esse papel estava extremamente cerceado aos representantes eleitos no Congresso Nacional” (Pereira, 2006, p. 124). Percebe-se o cunho político que acaba tomando a atuação do advogado, e neste contexto “fazer oposição e buscar justiça eram práticas que se sobrepunham e se complementavam” (Almeida; Weis, 1998, p. 341).

Na Justiça Militar, o advogado acabava encontrando diversos obstáculos para o seu ofício. Um deles era o fato de existirem doutrina e prática que concediam aos juízes a possibilidade de julgar não se baseando em provas judiciais, mas podendo se utilizar de argumentação extrajudicial, tais como as ideias e valores dos réus (Pereira, 2008, p. 215).

Outro óbice para o trabalho da defesa era o fato do tribunal não se comportar de um modo triádico, com duas partes – defesa e acusação – e um juiz imparcial e neutro. O que acabava ocorrendo era que ele se comportava de forma didática e inquisitorial, “com a de-

9 “O campo judicial é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito direto entre partes diretamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que atuam por procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer as leis escritas e não escritas do campo [...]. Na definição que frequentemente tem sido dada, de Aristóteles a Kojève, do jurista como ‘terceiro mediador’, o essencial está na ideia de ‘mediação’ [e não arbitragem]” (Bourdieu, 2007, p. 229).

fesa de um lado e a promotoria e os juízes de outro” (Pereira, 2008, p. 216). Além disso, a promotoria se valia do “legalismo mágico”, podendo a qualquer momento um réu ser enquadrado em uma lei diferente.

Nesse sentido, o governo se utilizava desses expedientes para julgar exemplarmente determinados casos, em especial aqueles relacionados com episódios da chamada ‘luta armada’: nesses julgamentos “os atos que estavam em foco deveriam ser exemplarmente julgados, já que o regime não podia tolerar estes tipos de ação. Por esta razão, aqueles que praticaram um ato tão nefasto deveriam sofrer as mais duras consequências” (Guazzelli, 2011, p. 103-104).

Outro impedimento à advocacia era a iminência de ataques aos defensores. Segundo Idebal Piveta, “era uma forma de advocacia altamente perigosa... mas era nossa maneira de trabalhar para tentar estabelecer a lei” (Piveta apud Pereira, 2010, p. 215). Houve muitas ameaças aos advogados e suas famílias, além de sequestros e prisões que tiveram como alvo personalidades de grande destaque, como o decano dos defensores de crimes políticos, Heráclito Sobral Pinto, e o grande jurista Heleno Fragoso, entre outros (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 32-33, 51-52, 93-95).

Os advogados procediam por meio de uma argumentação que visava “tirar lascas do consenso sobre a Lei de Segurança Nacional, conquistando o reconhecimento de alguns direitos para seus clientes e deslocando os limites das interpretações legais nos tribunais”, para assim empurrar a “justiça militar para um maior liberalismo” (Pereira, 2006, p. 120). Ao mesmo tempo, eles não podiam nem proceder com muita agressividade nem com muita passividade, correndo o risco de alienar os juízes ou criar uma justificativa para uma pena mais rígida; “a situação exigia tato, astúcia, suavidade e conhecimento das predileções pessoais e políticas dos juízes, especialmente os juízes civis” (Pereira, 2008, p. 216).

Ao analisar as memórias de alguns advogados de presos políticos, nota-se que eles reforçam a ideia de que as argumentações da defesa, em geral, não eram políticas, e sim técnicas (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 138), muitas vezes sendo feitas somente “intervenções discretas e sempre no proveito imediato do cliente” (Barandier, 1994, p. 19). Nesses casos, Pereira aponta para dois tipos de defesa: a jurídica – que se baseava em elementos mais técnicos – e a mista – que inseria alguns elementos políticos. Apesar de procurar adequar suas estratégias ao tribunal em questão, na maioria dos casos optava-se pelo primeiro tipo.

Esta linha de defesa derivava de duas questões: por um lado, uma defesa baseada na crítica da legitimidade do regime não traria bons resultados para seus clientes, e, por outro, como afirma o advogado Marcello Alencar, havia uma percepção de que “os militares eram sensíveis à hierarquia das leis” (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 115). Uma vez que muitas das denúncias eram mal formuladas, havia um espaço para a crítica da defesa.

Partindo desta estratégia, era comum o advogado exigir o cumprimento dos prazos legais – que dizia que os réus deveriam estar comunicáveis ou em liberdade –, questionar as provas da acusação como insuficientes ou falsas, apontar para a superposição das penas – um réu ser julgado mais de uma vez por um mesmo crime –, além de denunciar a tortura e os maus-tratos infligidos aos réus (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 30 e 163; Barandier, 1994,

p. 88-90). “Alguns advogados apelavam aos juízes para que estes aplicassem as leis de segurança nacional segundo os ditames do governo”, o que demonstra que, em determinados casos, seguir o que os generais ordenavam representava uma melhora para os réus (Pereira, 2010, p. 216).

Vale ainda ressaltar as estratégias particulares empreendidas pelo patrono dos advogados de presos políticos, Sobral Pinto (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 28-33). Ele, que já havia ganhado grande notoriedade na defesa dos presos políticos durante o Estado Novo, valia-se de sua figura pública em favor de seus casos (Dulles, 2001). Em diversos deles, o advogado enviou cartas relatando questões dos processos às autoridades – incluídos nelas os presidentes-ditadores – e à imprensa. Dessa forma, suas boas relações com pessoas-chaves nos processos eram usadas em prol da defesa, sendo a relação que ele tinha com a Justiça Militar, em especial com o STM, muito próxima.

Partindo desses expedientes, os advogados “foram capazes de alterar os limites da interpretação jurídica com o passar do tempo, fazendo voltar atrás algumas das interpretações mais repressivas das leis de segurança nacional” (Pereira, 2008, p. 217). Eles conseguiram alcançar diversas vitórias, obtendo direitos tais como o de ter opiniões contrárias ao regime e expressá-las em determinadas grupos, liberdade de expressão e possibilidade de criticar governantes, além de conseguirem provar que a mera posse de material tido como subversivo não consistia crime, sendo necessário comprovar a sua divulgação (Pereira, 2010, p. 217-229).

Os advogados conseguiram

resultados concretos no sentido de ter poupado os presos de um tratamento que poderia ter sido pior. Além disso, criaram precedentes que permitiram aos advogados e aos que os apoiavam condenar de forma precisa e minuciosa a legalidade do regime autoritário. Eles, no entanto, não contribuíram muito para a revisão do sistema judicial na transição para a democracia (Pereira, 2010, p. 232).

Ao longo da ditadura, criou-se um grupo de advogados que se especializou na defesa de presos políticos. Tal grupo era composto por advogados de diferentes idades – de jovens recém-formados até o decano Sobral Pinto, que tinha mais de setenta anos quando aconteceu o golpe de 1964 –, de diferentes estados e em geral especializados em direito criminal ou trabalhista. Analisando suas trajetórias presentes no livro *Os advogados e a ditadura de 1964*, notamos que, com exceção de Sobral Pinto – que era católico conservador –, estes profissionais eram politicamente de esquerda, alguns tendo relações com o Partido Comunista Brasileiro, o PCB (Martins; Munteal; Sá, 2010).

Devido às dificuldades oriundas desta atuação, além de valores e ideais compartilhados, criou-se um elo entre estes defensores, sendo “o espírito de cooperação” responsável por isso (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 162). Essa ligação possibilitou grande troca de informações, estratégias e argumentos, pois “não se tratava de uma advocacia comum, era uma causa comum” (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 121). Da mesma forma, os advogados

que atuavam no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Brasília acompanhavam os processos e atuavam em nome daqueles que não residiam nestas cidades: muitos clientes não tinham recursos para arcar com viagens “por isso era comum usarem correspondentes” (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 198).¹⁰ Exemplos disso são encontrados em acervos de advogados de presos políticos, estando presentes documentos que o comprovam (Guazzelli, 2011, p. 55). Outra preocupação frequente era a de que, nos casos em que havia mais de um advogado, não houvesse enfrentamento entre as defesas, tendo assim uma linha conjunta em benefício de todos (Martins; Munteal; Sá, 2010, p. 200).

Mas a principal característica em comum desses advogados era a forma como encaravam sua profissão: para eles, ser advogado pressupunha uma atuação na esfera pública. O advogado deveria se utilizar de sua profissão para combater injustiças e promover a defesa dos direitos humanos.

Frente ao arbítrio, os opositores tiveram as mais diversas atitudes, desde a impotência até o enfrentamento armado. Os homens tratados aqui optaram por fazer de sua profissão um instrumento de luta. O que havia de implícito nesta postura era ver em seu ofício uma forma de atuar politicamente – isto vale tanto para o conservador Sobral Pinto quanto para os advogados ligados ao PCB.

Ao mesmo tempo, eram diversos os obstáculos enfrentados por estes profissionais. Estas dificuldades podem ser somadas ao fato de que tal “especialidade” não trazia retornos financeiros imediatos, podendo esses advogados – muitos deles no ápice da carreira – estar em posições desconfortáveis. Tudo isso era compensado por uma vontade de fazer de sua profissão uma arma política.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.

BARANDIER, Antonio Carlos. *Relatos: um advogado na ditadura*. Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ato institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 5 nov. 2007.

¹⁰ Até 1973, o Superior Tribunal Militar funcionava no Rio de Janeiro, quando então foi transferido para Brasília.

_____. BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

_____. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

_____. BRASIL. Decreto n. 1.002, de 21 de outubro de 1969a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1002.htm> Acesso em: 10 set. 2013.

_____. BRASIL. Decreto n. 1.003, de 21 de outubro de 1969b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1003impressao.htm>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. BRASIL. Decreto-lei n. 898, de 29 de novembro de 1969c. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=179024>> Acesso em: 10 set. 2013.

_____. BRASIL. Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br>>. Acesso em: 19 dez. 2007.

COGAN, Arthur. *Crimes contra a segurança nacional: comentários, legislação, jurisprudência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

DULLES, John W. F. *Sobral Pinto, a consciência do Brasil: a cruzada contra o regime Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GUZZELLI, Dante Guimaraens. *A lei era a espada: a atuação do advogado Eloar Guazzelli na Justiça Militar (1964-1979)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MARTINS, Paulo Emílio; MUNTEAL, Oswaldo; SÁ, Fernando (org.). *Os advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

PEREIRA, Anthony W. O papel dos advogados de defesa na Justiça Militar brasileira, 1964-1979: redefinindo o crime político. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EduFSCar, 2006, p. 119-128.

_____. Sistemas judiciais e repressão política na Brasil, Chile e Argentina. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 203-224.

_____. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura militar e justiça castrense no Brasil: espaço de legitimação política e de contradições (1964-1985)*. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Angela%20Moreira%2013-08-07.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013

TORRES, Mateus Gamba. *A justiça nem ao diabo se há de negar: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na operação Barriga Verde (1975-1978)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História), UDESC, Florianópolis, 2009.

Recebido em 30/11/2013

Aprovado em 3/1/2014